

Afif condena pacto. Prefere diretas já



Afif diz que só eleição direta torna pacto viável, e d. Luciano acha credibilidade essencial

Sandra desiste do relatório

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) encaminhou ontem documento à Comissão de Sistematização, explicando que não foi possível elaborar nenhum parecer ou relatório sobre a Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e das Comunicações. O substitutivo ao projeto do relator Artur da Távola havia sido pedido por Bernardo Cabral, relator da Sistematização. Sandra, relatora auxiliar, disse que só o fará se for designada pela Mesa da Constituinte. "Eu não posso fazer um anteprojeto sobre o que não existe e não me sinto em condições regimentais para dar um parecer sobre o mérito das matérias, até em respeito às opiniões dos integrantes daquela comissão, que não conseguiram chegar a bom termo na votação."

A deputada limitou-se a enviar à Sistematização a ata da reunião da Comissão da Família, assinada pelo presidente, senador Marcondes Gadelha, o substitutivo do relator Artur da Távola e a proposta de modificação do grupo liderado pelo deputado Arolde de Oliveira (PFL-RJ). Sandra chegou a grifar as modificações apresentadas pelos 36 parlamentares que divergiam de Távola.

A Comissão de Sistematização tem, agora, dois textos distintos para apreciar e fazer o relatório pela comissão temática. A proposta da corrente de Arolde de Oliveira, segundo Sandra, modifica somente cerca de 30% do substitutivo de Távola, apoiado por 25 constituintes.

No capítulo referente à Ciência, Tecnologia e Comunicação, o parecer do grupo ligado a Arolde acaba com o Conselho Nacional de Comunicação, previsto no substitutivo de Távola, para fiscalizar a concessão governamental de serviços de rádio e de televisão. Derruba, ainda, o artigo que assegura aos partidos políticos a

utilização gratuita do rádio e da televisão.

O mesmo grupo mantém a liberdade de imprensa nos meios de comunicação nos termos propostos por Artur da Távola, mas cria um conselho de ética, no capítulo da Educação, para fiscalizar os programas de televisão, salvo os jornalísticos.

Na reserva de mercado, outro ponto de divergência: Arolde de Oliveira estabelece que "a lei poderá estabelecer mecanismos temporários de reserva" e Távola estabelece que "o mercado nacional integra o patrimônio nacional". Determina, ainda, que a reserva do mercado interno será estabelecida por lei e que compete ao Estado a concessão de incentivos preferencialmente às empresas nacionais.

Sandra Cavalcanti anunciou que o seu trabalho como relatora de campo está encerrado, mas pretende apresentar emendas, na condição de constituinte, à Comissão de Sistematização, sobre os diversos temas dos dois substitutivos.

O pacto político entre os partidos, proposto pelo senador Marco Maciel com o apoio do presidente Sarney, já tem um opositor ferrenho: o deputado federal Guilherme Afif Domingos, do PL. "No dia em que todo o PFL largar o governo, eu acredito que ele venha ao encontro da sociedade", afirmou ontem, respondendo diretamente ao senador. Afif participou do simpósio Transição Política: Necessidade e Limites da Negociação, promovido pela USP, quando garantiu que somente eleições diretas para presidente da República darão condições ao País de um pacto social, realizando as mudanças esperadas pela sociedade.

Afif substituiu o senador Jarbas Passarinho nos debates da noite, junto com o empresário Paulo Villares e o economista Marcos Fonseca. O presidente nacional da CUT, Jair Meneghelli, era outro convidado. Ele telefonou ontem ao reitor José Goldemberg avisando que não compareceria nem enviaria representante, "por motivos políticos". O deputado Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, foi mais direto. Em telex, comunicou a Goldemberg que não estaria presente nos debates de hoje em protesto contra o novo plano econômico.

A resposta do cientista político e membro do diretório nacional do PT, Francisco Weffort, veio na hora em que o telex foi lido pelo reitor. Visivelmente irritado, Weffort disse que a decisão de Lula atrapalharia os trabalhos do simpósio e desejou que atitudes como essa não colocassem obstáculos aos debates democráticos do País e "não prejudiquem ainda mais a imagem do PT".

NÃO AO PACTO

Para Afif Domingos, um pacto social só é possível se acontecer espontaneamente na sociedade, através de seus representantes legítimos, de partidos políticos identificados

com as bases. "Nesses pactos que vêm de cima eu não acredito. Eles só vão mandar a conta", ironizou. Segundo o deputado, pactos como o proposto pelo senador Marco Maciel tem como objetivo manter as mesmas pessoas no poder.

O empresário Paulo Villares também é cético quanto aos resultados de um pacto social. Na sua opinião, esse pacto pressupõe um trabalho longo e exige, antes de mais nada, um entendimento dentro dos próprios setores que o integrarão — classes políticas, governo, sindicatos e empresários. Paulo Villares entende que todos esses segmentos precisam discutir um modelo econômico que sirva de parâmetro para um pacto futuro.



Presidente da CNBB, o bispo dom Luciano Mendes de Almeida coordenou os trabalhos de ontem. Ele acredita serem necessárias algumas medidas antes de qualquer pacto para recuperar a credibilidade no governo. Devem ser medidas, segundo ele, que garantam o mínimo de bem-estar para a população — comida, habitação e transporte. Planos econômicos, a seu ver, fazem parte dessa recuperação da credibilidade, mas precisam ser cumpridos integralmente, "sem furos".

DEBATES ACADÊMICOS

A parte da tarde ficou reservada

aos debates acadêmicos. Mais uma vez, a reitoria da USP estava cercada por policiais militares, impedindo o acesso dos estudantes que protestavam contra o pacto social. Uma corda de isolamento foi colocada na entrada, mas os universitários encontraram outra forma de fazer barulho: aos bumbos e apitos do dia anterior foram acrescentados rojões.

Nessa nova rodada de conferências, também não houve muito otimismo com a possibilidade de pacto político ou social. O argentino Guillermo O'Donnell foi claro e direto: "Trata-se de uma ilusão perigosa". No seu entender, um pacto social no Brasil só traria prejuízos, já que o País não tem instituições organizadas e representativas. No momento de negociações, acredita, os trabalhadores sairiam perdendo. Segundo ele, também não há perspectivas de um pacto político, pois o modelo brasileiro atual é mero continuísmo do anterior. "Ainda se pratica a mesma política clientelista e populista de antigamente. Os atores do jogo político ainda são os mesmos", lembrou. Para O'Donnell, é preciso recuperar o espírito de República e de respeito pela administração pública. "Os governantes precisam ter em mente que estão sujeitos às mesmas leis que o cidadão comum", afirmou.

O cientista político José Alvaro Moisés foi uma voz solitária a favor do pacto como forma de continuidade da transição democrática. Segundo ele, o acordo tem de se basear em quatro pontos específicos: clareza das partes sobre a soberania da Constituinte, garantir os direitos individuais, de greve, de liberdade sindical e do trabalhador rural; redefinição do papel das Forças Armadas e o resgate da noção de República, com maior responsabilidade no trato da "coisa pública".

"Livre Iniciativa" inicia a campanha

Até o final desta semana o Movimento Nacional pela Livre Iniciativa estará veiculando uma campanha voltada para os membros da Assembléia Nacional Constituinte, às lideranças políticas e entidades de classe. São três peças publicitárias que contam com o apoio de 150 veículos de comunicação de todo o País, nas quais o movimento destaca pensadores do final do século 18 e início do século 19 que, já naquela época, defendiam o livre mercado, a não interferência do Estado na economia e a educação da sociedade para viver uma Constituição.

"Esses conceitos podem ajudar os debates da Constituinte a encontrar um caminho de desenvolvimento, sem anteciparmos novas crises", afirmou o publicitário Hector Brenner, presidente do movimento que existe há oito anos. Segundo ele, apesar de o anteprojeto do capítulo da Ordem Econômica, na forma em que se encontra, representar um grande avanço em relação aos primeiros relatórios, ele ainda pode ser aperfeiçoado nos debates que se seguirão. "Hoje, no Brasil, só se respeita o direito à propriedade. A liberdade econômica, a liberdade de preços, o direito ao lucro e a livre concorrência não existem", disse Brenner. "Nossa preocupação é assegurar o fundamento da livre iniciativa na Constituição, já que sem ela não existe democracia."

Kissinger discute dívida do País com políticos

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Um artigo publicado por Henry Kissinger, no Los Angeles Times, no dia 24 de maio passado, no qual o ex-secretário de Estado do governo norte-americano defende que seu país deve apoiar uma solução para a questão da dívida externa brasileira, será o tema da conversa que com ele manterão, hoje, durante um jantar, os líderes peemedebistas Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso e Luís Henrique, além do senador José Richa.

Os quatro parlamentares receberam cópias do artigo, já traduzido para o português, a tempo de poder examiná-lo cuidadosamente. Ontem, o senador José Richa ainda não havia lido detidamente o artigo, mas adiantou que o encontro com Kissinger será importante, não somente pela sua atuação no cenário internacional, como pela identidade das suas posições com as do PMDB em relação à dívida externa. Para Richa, será interessante ouvi-lo por causa da experiência que tem sobre o assunto. Os quatro parlamentares do PMDB viajarão, hoje à tarde, para o Rio de Janeiro, onde jantarão com Henry Kissinger.



Henry Kissinger UPI-7/1/84

PMDB impõe censura na Constituinte

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Os quatro relatores-adjuntos da Comissão de Sistematização, todos do PMDB, resolveram proibir o acesso de qualquer outro integrante da comissão às informações do Centro de Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen). Apesar dos sucessivos desmentidos, tornou-se claro existir um confronto direto desse grupo, formado pelos senadores Fernando Henrique Cardoso (SP), José Inácio Ferreira (ES) e Wilson Martins (MS), e o deputado Nelson Jobim (RS), com os oito relatores-adjuntos.

O primeiro a ser atingido pela decisão foi o deputado Antônio Carlos Konder Reis (PDS-SC), encarregado pelo grupo dos auxiliares de fazer o espelho da futura Constituição. As informações pedidas lhe foram negadas. Aliás, desde ontem à tarde, somente têm acesso às informações do Prodasen pessoas autorizadas, por escrito, pelo relator-geral da comissão, Bernardo Cabral. O grupo de relatores-adjuntos estará reunido hoje com o multipresidente Ulisses Guimarães e Bernardo Cabral para definir como será feito o trabalho de compatibilização dos sete textos aprovados pelas comissões temáticas e as atribuições de cada um dos grupos de relatores escolhido por Cabral para auxiliá-lo na redação do texto final da Constituinte.

Além de Konder Reis, integram o grupo de relatores-adjuntos os deputados Nilson Gibson (PMDB-PE), Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), Renato Vianna (PMDB-SC), Joaquim Bevilacqua (PTB-SP), Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) e Adolfo de Oliveira (PL-RJ), além do senador Virgílio Távora (PDS-CE). Desde a semana passada os dois grupos estão em verdadeiro conflito, pois eles informam fazer justamente a mesma coisa: o trabalho de compatibilização dos textos aprovados nas sete comissões temáticas e a elaboração do oitavo parecer, em substituição ao da Comissão da Família, Educação, Cultura, Esporte, Comunicação, Ciência e Tecnologia, de autoria do deputado Artur da Távola (PMDB-RJ), que não foi votado. Um grupo atribuiu ao outro a tarefa de amarração política dos pareceres, para tornar menos difícil a negociação no plenário.